



# Diário Oficial do LEGISLATIVO

ANO 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS-BA

A Câmara Municipal Lauro de Freitas, Estado da Bahia, visando a transparência dos seus atos, vem a PUBLICAR:

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011PP/2019



### LEI Nº 12.527/2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

A Lei vale para os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.



**Presidente:** Antônio Rosalvo Batista Neto  
**Sec. de Governo:**  
**Editor:** Ass. de Comunicação CM. Lauro de Freitas- BA

**Leia o Diário Oficial do  
Município na Internet  
ACESSE  
www.indap.org.br**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS**  
**REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR – ESTADO DA BAHIA**

www.cmlf.ba.gov.br  
Desde 1963 gratinho Bahia

2

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011PP/2019**

**CONTRATANTE:** A CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS;

**CONTRATADA:** ITS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 08.772.214/0001-98, com sede na Rua Soldado Luiz Gonzaga das Virgens, nº.111, salas 501/502, Edf. Liz Corporate, Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41.820-560;

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** Nº.035/2020;

**OBJETO:** Renovação do prazo contratual dos serviços de Internet Fixa;

**VIGÊNCIA:** Prazo de 07/10/2020 até 07/10/2021;

**VALOR ANUAL:** R\$31.719,96 (trinta e um mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) já com reajuste legal de 04% (quatro por cento);

**DATA DA ASSINATURA:** 06/10/2020;

**DOTAÇÃO:** Unidade: 5001. Projeto/Atividade: 2019. Elemento: 3.3.90.40.00;

**AMPARO LEGAL:** Artigo 57 inciso II e 61 da Lei 8666/93.